

Financiamento do sector de WASH

Contextualização

A Iniciativa Colaborativa para a Reforma Orçamental em África (CABRI) é uma organização intergovernamental que oferece uma plataforma para a aprendizagem entre pares em prol do desenvolvimento de abordagens funcionais a iniciativas de reforma, com o intuito de reforçar os sistemas de gestão das finanças públicas (GFP). Em 2017, a CABRI deu início a um diálogo sobre políticas subordinado à “Optimização dos recursos nos sectores da Água, do Saneamento e da Higiene “ (WASH, na sigla inglesa), consistindo numa série de diálogos e avaliações nacionais. Técnicos dos ministérios das finanças, da saúde e de outros ministérios responsáveis pelos sectores de WASH, juntaram-se a peritos técnicos de 12 países africanos no primeiro evento em Acra, que contou com a presença dos seguintes países: Botswana, Burkina Faso, República Centro-Africana, Côte D’Ivoire, República Democrática do Congo, Etiópia, Gana, Gâmbia, Guiné, Mali, Nigéria e África do Sul. A CABRI promoveu duas oficinas de revisão pelos pares na Cidade do Cabo e em Kigali, com o objectivo de estudar mais a fundo como os países lidam com os desafios que se fazem sentir nos sectores de WASH. Os eventos apresentaram uma oportunidade para os países partilharem e conhecerem os desafios comuns no domínio de WASH em África, tendo sido destacada a complexidade de gerir um sector composto de instituições multisectoriais e as diversas opções de financiamento disponíveis. Este documento sobre políticas expõe os conhecimentos adquiridos durante o diálogo e as avaliações, e proporciona aos técnicos das finanças, da saúde e de WASH algumas reflexões para investimentos e financiamentos mais dirigidos e à altura de assegurar um progresso mais rápido rumo aos objectivos nacionais em matéria de WASH.

A dimensão das necessidades de água e saneamento em África exige uma transformação na planificação do financiamento do sector

Os serviços de água e saneamento foram amplamente reconhecidos como direitos humanos.¹ Há muito que vários países africanos reconhecem os direitos fundamentais à água e ao saneamento. No Gana, por exemplo, o acesso ao saneamento é um direito constitucional desde 1992, enquanto que a África do Sul consagrou o direito à água e saneamento na sua Constituição, que prevê que “todos gozam do direito de acesso ao abastecimento básico de água e saneamento”. Estas disposições emanaram do reconhecimento da importância fundamental do acesso aos serviços de água

e saneamento como precursores para garantir outros direitos básicos, como a educação e a saúde.

O Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 6 definiu os níveis de serviços de água e saneamento a que os países devem aspirar. Os serviços de água devem estar disponíveis em todas as instalações mediante solicitação, a custo razoável e livre de patógenos. No que tange ao saneamento, o ODS 6.2 estipula que todas as populações devem ter acesso a serviços bem administrados, ou seja, que os agregados familiares devem gozar de acesso a infra-estruturas melhoradas e a serviços associados de transporte e tratamento de resíduos (incluindo *in situ*), além de condições para lavar as mãos.

Estas aspirações contrastam fortemente com a situação vigente dos serviços de água e saneamento em África. De acordo com as estimativas de 2015, 58% da população em África Subsaariana (ASS) tem acesso a água potável básica, mas apenas 24% beneficia de água potável e segura. Embora a grande maioria da população no Norte de África (94%) tenha acesso a, pelo menos, serviços básicos de água, existem várias comunidades na região que ainda não desfrutam de

¹ A resolução 64/292 da ONU reconhece explicitamente o direito à água e ao saneamento, e que a água potável e o saneamento são essenciais para a realização de todos os direitos humanos.

qualquer serviço melhorado.² Os serviços de saneamento estão muito aquém da norma: 20% do continente continua a praticar a defecação a céu aberto (dos quais 99% habitam em ASS) e apenas 28% beneficiam de pelos menos serviços básicos de saneamento (OMS/UNICEF 2017). No total, tendo em conta as projecções de aumento demográfico, quase 1,4 mil milhões de africanos deverão obter acesso a serviços de água seguros até 2030, e 1,2 mil milhões a serviços de saneamento seguros para que o continente possa alcançar as suas metas de ODS nos domínios da água e do saneamento (Hutton & Varughese 2016).

As potenciais vantagens do investimento nos serviços de água e saneamento são enormes. Os retornos económicos do acesso universal a saneamento básico foram estimados em US\$4,3 por cada dólar investido no Norte de África e US\$2,8 em ASS. Os investimentos em água potável básica podem também produzir vantagens significativas, estimadas em US\$2,5 por cada dólar investido no Norte de África e US\$2,4 por dólar investido em ASS. As principais vantagens do investimento no sector de WASH em África advêm do valor do tempo poupado e melhorias de saúde, sobretudo o valor das vidas salvas (WHO 2012)

Todavia, estas aspirações estão associadas a um custo elevado. Estima-se que só a ASS necessite de investir à volta de US\$35,5 mil milhões todos os anos para conseguir o acesso universal a serviços de água e saneamento seguros (Hutton & Varughese 2016). Para que estas intervenções sejam sustentadas, será necessário fazer um investimento também significativo para efeitos de exploração e manutenção. Porém, uma análise das despesas em matéria de WASH revela que o total do investimento (incluindo o investimento público, pelos agregados familiares e pelos doadores) está longe de ser suficiente para garantir o acesso universal aos serviços básicos.

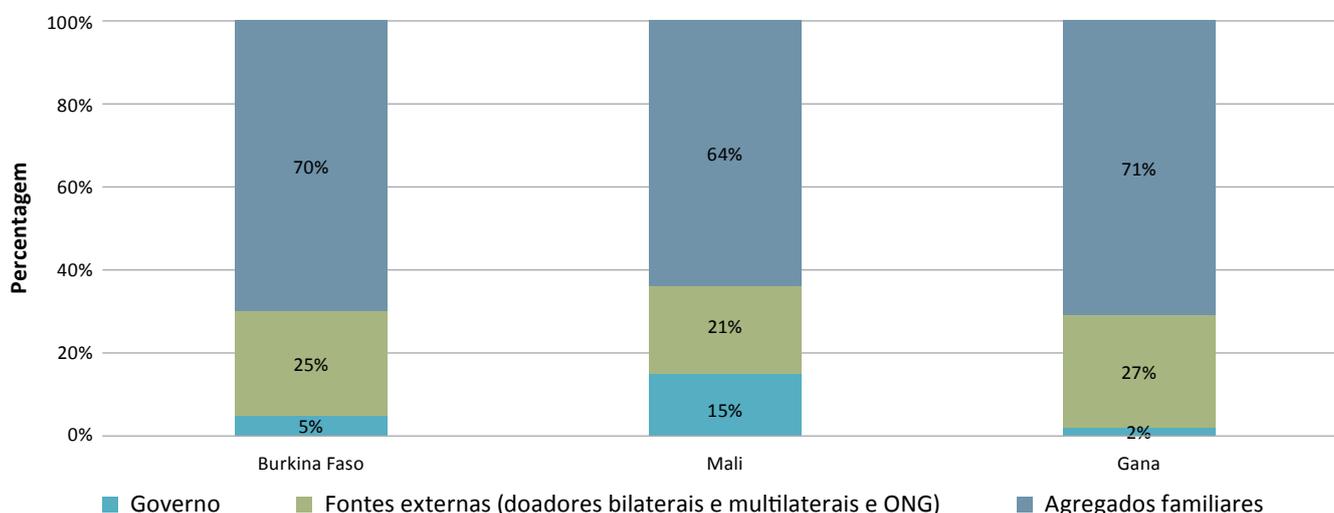
² Informação sobre o acesso a serviços seguros está disponível apenas para alguns países.

A dimensão das necessidades de investimento e de custos operacionais exige uma mudança no modo em como o sector é financiado. Para tirar partido das vantagens económicas, é necessário um aumento substancial nas fontes de investimento dos serviços de WASH, incluindo agregados familiares, governos nacionais e locais, e fundos externos dos doadores. O financiamento público (dos governos e dos doadores) para o sector de WASH, além de aumentar, deverá ser alavancado por fontes alternativas de financiamento, incluindo investimento privado pelos agregados familiares e pelo sector financeiro privado. Porém, o recurso a outras fontes de financiamento deve ser acompanhado de melhorias a nível da eficiência do sector e de solvabilidade das empresas de água e saneamento.

Em muitos países, as contribuições dos utilizadores são subestimadas, sem que existam estratégias para tirar partido dessas contribuições para melhorar a qualidade dos serviços. Conforme apresentado na Figura 1 abaixo, os utilizadores representam o grupo que mais contribui para o financiamento do sector de WASH em Burkina Faso, no Gana e no Mali. A ausência de uma entidade formal de distribuição de água obriga muitas comunidades a comprar de fornecedores privados, alguns dos quais operam ilegalmente e cobram taxas exorbitantes para serviços de qualidade inferior (Goksu et al. 2017). Um estudo realizado pela WaterAid revela que o consumo mínimo diário de água indicado pela OMS, 50 litros por pessoa por dia, representa 25% das receitas de uma família pobre no Gana (WaterAid 2016).

Igualmente, muitos países africanos financiam os serviços de WASH a partir de financiamento externo imprevisível, na modalidade de subsídios e empréstimos de organizações internacionais de financiamento e de financiamento das ONG. Conforme revela a Fig. 1, o financiamento externo representa mais de 20% de todo o financiamento do sector, excedendo as contribuições do Governo a partir de recursos internos. A dependência de financiamento externo cria incerteza junto dos planificadores e decisores em matéria

Figura 1: Fontes de financiamento para WASH em Burkina Faso, Mali e Gana



Fonte: WHO TrackFin Initiative: Burkina Faso (relatório, Maio May 2017); Mali (relatório, Setembro 2018); Gana (Dezembro, 2017)

de WASH, uma vez que os fundos externos tendem a ser imprevisíveis e frequentemente fracamente coordenados com intervenções nacionais. Nalguns casos, esta dependência excessiva influencia de modo negativo a liderança do sector em promover os serviços de WASH.

O diálogo de políticas sobre o sector de WASH, promovido pela CABRI, e acções posteriores, centraram-se em como otimizar o investimento público em serviços de WASH, ao melhorar a eficiência do uso dos recursos públicos. Os debates foram enriquecidos pela vasta gama de países que participou no evento, todos os quais apresentaram os seus desafios e iniciativas: desde a Guiné, que não conheceu qualquer investimento público nos serviços de WASH desde os anos de 1990, até às Maurícias, que está em vias de implementar um plano director para serviços de alto nível de tratamento das águas residuais, e a África do Sul, que se depara com uma escassez imprevista de água. Os representantes dos ministérios das finanças e da tutela concluíram que o sector de WASH deve melhorar as suas ineficiências para captar mais investimento e sanar a prestação do serviço. Os países deverão considerar três aspectos principais ao identificar estratégias sustentáveis de financiamento para o sector:

- planificação dos serviços de WASH em consonância com os objectivos nacionais em geral;
- identificação dos custos de atingir os objectivos nacionais posteriormente ao investimento; e
- definição de uma estratégia de financiamento assente num profundo conhecimento dos fluxos financeiros, tirando partido dos ganhos de eficiência e de diferentes fontes de financiamento.

Estes são aprofundados de seguida.

Planificação dos serviços de WASH: definir ambições realistas de política e alinhar aos planos nacionais de desenvolvimento

Para captar financiamento para o sector, há que definir planos claros de WASH. Um plano define objectivos específicos de nível de serviço e as infra-estruturas e serviços conexos necessários para atingir esses objectivos. Neste contexto, os planos de WASH devem assentar num profundo conhecimento dos activos existentes de água e saneamento, bem como das populações que beneficiam dos serviços existentes. A aquisição destes conhecimentos, sobretudo no que respeita a serviços rurais descentralizados de água e de saneamento (através de um inventário de activos) é uma actividade intensiva de recursos, visto os serviços frequentemente serem geridos pelas comunidades e nem sempre serem sistematicamente captados e controlados. O ideal seria que esses exercícios fossem realizados de forma contínua e associados à manutenção das infra-estruturas. As potenciais vantagens de preparar esses inventários são significativas, pois permitem definir com maior exactidão as necessidades de investimento de capital. No Benim, o governo começou a preparar um inventário nacional de bens e a mapear as infra-estruturas rurais de água canalizada de pequena escala como parte de uma estratégia mais ampla de profissionalizar os serviços de água rurais (Adokpo Migan, Trémolet & Mansour 2015).

Os planos de WASH devem integrar claramente os objectivos nacionais de desenvolvimento. A maioria dos governos possui planos de desenvolvimento de médio a longo prazo que servem de orientação para a definição de prioridades e de objectivos de despesa. Independentemente de o plano primar pela

Figura 2: Factores-chave no financiamento do sector de WASH



prosperidade, inclusividade, inovação ou igualdade do género (ou todos estes elementos em simultâneo), a melhoria dos serviços de WASH deve ser apresentada como o caminho para a concretização da visão do país. Ao apresentar os planos e objectivos de WASH aos ministérios das finanças e outros actores, é importante associá-los à visão nacional, demonstrando como as estratégias relativas ao sector de WASH contribuem para o alcance dos objectivos nacionais, ao assegurar que os planos sejam coordenados aos planos de outros sectores. Por exemplo, o desenvolvimento de infra-estruturas, a saber os serviços de água, figura como um pilar de desenvolvimento no plano nacional de desenvolvimento do Ruanda, estando as políticas e estratégias do sector de WASH alinhadas ao plano (ver a Caixa 1).

Caixa 1: Garantir que as políticas sectoriais estão em harmonia com os objectivos nacionais de desenvolvimento – o caso da política de saneamento do Ruanda

O Ruanda adoptou uma nova política de saneamento em 2016. O documento de política está fortemente articulado à Estratégia Nacional de Desenvolvimento Económico e de Redução da Pobreza (EDPRS 2), que visa objectivos ambiciosos no domínio do saneamento, entre os quais o de atingir uma cobertura de 100% dos serviços de saneamento até 2017/18. A política de saneamento também se insere no quadro do ODS e está articulada a outros objectivos, designadamente os que estão associados à saúde, à segurança alimentar e às alterações climáticas, entre muitos outros. Ademais, a política é coerente com outros planos de desenvolvimento, entre eles o plano de longo prazo para o país, “Ruanda Vision 2020”, e respectivas políticas públicas. Ao integrar as políticas sectoriais nos objectivos de desenvolvimento nacionais e demonstrar a coerência das mesmas com a visão nacional permite obter o apoio e o compromisso político em relação aos objectivos sectoriais.

Fonte: Ministério das Infra-estruturas do Ruanda (2016)

Os planos de WASH devem conter os objectivos nacionais para o sector, alinhados aos compromissos de ODS. Todavia, os governos não são obrigados (e, por vezes, não possuem os meios) a procurar atingir os mais elevados níveis de serviço em relação a todos. Os ODS representam metas que os governos nacionais devem procurar atingir, embora caiba a cada país identificar as próprias metas que prevê atingir até 2030 em função da

situação de cada país.³ Por outras palavras, os ministérios responsáveis pelos serviços de WASH devem desenvolver políticas sectoriais (para a água, o saneamento e a higiene) que fixam metas ambiciosas, embora realistas e equitativas para as populações dos países, em função do ponto de partida e a sua situação financeira. Num país onde a defecação ao ar livre é generalizada, a exigência mínima é que a prática seja erradicada até 2030. Porém, é impossível confirmar se o acesso a todo o saneamento básico, inclusive o saneamento seguro, vai ser possível até essa data.⁴

A questão dos objectivos de nível de serviço é crítica, não somente porque oferece ao país uma visão sectorial, mas também porque esses objectivos consistem em abordagens e tecnologias diferentes e, por conseguinte, diferentes níveis de custos. No que respeita ao saneamento, o acesso universal a serviços geridos com segurança pressupõe cobertura suficiente de instalações domiciliárias em todo o país e os respectivos serviços de remoção e tratamento de resíduos para satisfazer às necessidades de todos. Igualmente, por serviços seguros para todos entende-se que haja abastecimento canalizado ou outra forma de auto-abastecimento de água potável, que não por bombas de accionamento manual ou quiosques de água. O investimento na infra-estrutura necessária exige despesa de capital talvez além das posses de muitos países. Os níveis de serviço e tecnologias associadas devem ser definidos pelos ministérios de tutela, em consulta com os parceiros de desenvolvimento e o sector privado.

É importante que sejam criados mecanismos de coordenação do sector de WASH, responsáveis pela execução da visão nacional e desenvolvimento das políticas nacionais. A coordenação entre sectores contribui imenso para evitar a duplicação de intervenções e identificar abordagens e técnicas bem-sucedidas que garantam a optimização de recursos. Por exemplo, num país onde os planos de saneamento foram desenvolvidos de forma tradicional, pressupondo que somente sistemas de esgotos podem proporcionar os serviços necessários, é importante extrair lições das iniciativas em curso no sentido de desenvolver serviços de saneamento in-situ alternativos e mais comportáveis para o país alcançar os objectivos sectoriais ambiciosos até 2030. Essas plataformas de coordenação, que devem ser lideradas pelos governos, são também úteis para coordenar a implementação dos planos sectoriais e avaliar o progresso em relação aos objectivos. A África do Sul, por exemplo, criou grupos técnicos de trabalho para cada meta do ODS 6 (Bannister 2018)

³ De acordo com a Resolução da ONU relativa à adopção da Agenda 2030 (Declaração 55): “Os objectivos são definidos como aspiracionais e globais, cabendo a cada governo definir os seus próprios objectivos em função do nível global de ambição mas tendo em conta as circunstâncias nacionais. Cada governo irá também decidir como estes objectivos aspiracionais e globais devem ser integrados nos processos de planificação, políticas e estratégias.”

⁴ Em Abril de 2018, no encontro de alto nível de SWA, procurou-se introduzir ambições mais dirigidas em relação aos serviços de WASH, em função dos contextos nacionais, ao introduzir o conceito de “básico mais”.

Cada vez mais, os planos de serviços de WASH devem ter em consideração a resiliência a choques externos. O continente africano está cada vez mais exposto a alterações climáticas. As mudanças nos recursos hídricos, conjugadas à maior procura de serviços de água em aglomerações urbanas, estão a exercer pressão sobre os provedores de serviços no sentido de diversificar as fontes de água e gerir a procura. Embora a Cidade do Cabo tivesse sido o caso mais mediático de escassez de água, existem outras cidades também afectadas pela escassez de água (ver a Caixa 2), cheias e erosão costeira, que afecta também a prestação de serviços de saneamento.⁵

Caixa 2: Lições de Beaufort West sobre a criação de resiliência em relação aos recursos hídricos

Beaufort West é um pequeno município de 51,000 agregados familiares que enfrenta uma grave escassez de água devido a períodos prolongados de seca. Para responder à escassez de água, o município encetou medidas de gestão da procura, tendo conseguido reduzir o consumo de água total de 6.9 MI/dia para 5.2 MI/dia. Visto a barragem estar vazia devido à ausência de chuva, Beaufort West viu-se obrigada a explorar outros recursos de água. Beaufort West estava prestes a chegar ao “Dia Zero”, com consequências graves para a economia da cidade: os agricultores sofreram a perda das suas culturas, o turismo sofreu uma queda, e a produção agropecuária sofreu imenso. Foi possível ultrapassar o “Dia Zero” graças ao investimento no desenvolvimento de fontes alternativas de água, sobretudo águas subterrâneas e tratamento de águas residuais, bem como campanhas intensivas de comunicação destinadas a sensibilizar a população em relação ao consumo de água. A escassez de água também incentivou a câmara a reduzir as perdas de água municipal de 52% para 41% em 2016/2017. De acordo com o gestor municipal de Beaufort West, aprenderam que não se pode contar exclusivamente com a água superficial ou da barragem – há que diversificar para se tornar numa cidade resiliente em termos de água. A experiência de Beaufort West também demonstra que as cidades devem preparar-se para estes tipos de incertezas e possuir planos de contingência para se tornarem mais resilientes.

Fonte: Haarhoof (2018)

Na planificação da prestação de serviços de WASH, os decisores devem ver onde podem obter ganhos de eficiência. O financiamento adequado do sector de WASH é fundamental para os países alcançarem os seus objectivos políticos. Contudo, também é importante identificar onde podem ser obtidas as eficiências antes de iniciar projectos de investimento em grande escala. Estas ineficiências são aprofundadas na secção que se segue.

Determinação dos custos dos planos de WASH: não se cinge ao investimento de capital

A determinação dos custos dos planos de WASH é um passo crítico na identificação do financiamento a ser mobilizado para concretizar as ambições nacionais, talvez modificar os planos com objectivos mais realistas e identificar as fontes apropriadas de financiamento.

Ao planejar investimentos sustentáveis, os planificadores e os decisores devem considerar os custos de exploração dos serviços. A fraca sustentabilidade dos investimentos de capital é um problema em muitos países; as infra-estruturas são disponibilizadas mas a falta de recursos para fazer face aos custos de exploração incide sobre o fornecimento contínuo dos serviços, em muitos casos levando a que as instalações e os sistemas deixem de funcionar (ou funcionam aquém da capacidade instalada), resultando no desperdício de grandes investimentos: estima-se que 30% das bombas manuais em África não funcionam. A determinação dos custos é essencial para conceber uma estratégia de financiamento que dê origem a infra-estruturas de água e saneamento em bom funcionamento e sustentáveis (Fonseca et al. 2011).

Nos países caracterizados por vastas necessidades de infra-estruturas, como é o caso em muitos países da África Subsaariana, é provável que o investimento de capital represente a grande fatia do financiamento necessário para concretizar a visão de um país. Ao determinar os custos de capital, os países devem também incluir os custos de depreciação. Além dos investimentos de capital, há que incluir também os investimentos necessários para estimular a procura de serviços de água e saneamento. Burkina Faso, por exemplo, estimou que 7% do orçamento nacional deveria ser afectado à criação de procura e mobilização das comunidades.⁶

Frequentemente descuidado devido à escassez de financiamento público, o apoio institucional é essencial para atingir os níveis de serviço previstos. Os custos de apoio institucional incluem todos aqueles associados ao desenvolvimento de estratégias nacionais, à capacitação de instituições nacionais e locais e de prestadores

5 Em 2018, o Banco Mundial aprovou um projecto orçamentado em US\$210 milhões visando aumentar a resiliência de várias cidades costeiras na África ocidental (ver <http://documents.worldbank.org/curated/en/280421523498466209/pdf/PAD2454-REVISED-PUBLIC-PAD-WACA-FINAL-05012018.pdf>).

6 Burkina Faso, apresentação no evento da CABRI em Kigali.

de serviços, o acompanhamento dos serviços, e o desenvolvimento e aplicação dos regulamentos relacionados com os serviços. Um factor importante que contribui para a ineficiência do sector de WASH é a baixa capacidade de absorção dos fundos por parte dos planificadores do sector. Nas Maurícias, por exemplo, o ministério responsável pela água e saneamento (o Ministério da Energia e Serviços Públicos) regista uma execução do orçamento de capital de apenas 60%. De acordo com o ministério das finanças, esta situação é provocada por problemas durante a preparação e durante a gestão dos projectos. Há que também prestar atenção ao melhoramento dos processos de aquisição e outros processos administrativos, por vezes complicados. A subutilização do orçamento pode levar a que os investimentos destinados à água e ao saneamento sejam desviados pelo Ministério das Finanças para onde sejam mais bem aplicados.

Nos contextos caracterizados pela descentralização, o desenvolvimento das capacidades do governo local no sentido de projectar, adquirir e supervisionar os serviços de água e saneamento, com incentivos adequados, é fundamental para garantir que os serviços sejam sustentáveis. Efectivamente, muitos países delegaram a responsabilidade pela provisão de serviços a municípios descentralizados, embora essa descentralização nem sempre tivesse sido acompanhada de formação e assistência abrangentes para apoiar os governos locais nas suas novas responsabilidades. O Gana, por exemplo, adoptou uma política de descentralização nos anos de 1990, mas, até à data, uma agência central (a Agência de Água e Saneamento para as Comunidades) continua a assumir responsabilidade pela implementação e supervisão da maioria das obras de água rurais. Onde os incentivos para os governos descentralizados investirem no sector de WASH são fracos, como no Quénia, corre-se o risco de os serviços de WASH serem descurados para o fundo da lista de prioridades pelos governos locais (ver a Caixa 3).

A existência de mandatos institucionais claros e a dotação de recursos financeiros às instituições mandatadas contribuiria para aumentar as eficiências do sector de WASH. Um exemplo é a situação dos serviços de saneamento. Em muitos países africanos, a responsabilidade pelo saneamento é repartida por vários ministérios. No Benim, por exemplo, a responsabilidade pelo saneamento urbano está repartida entre o Ministério da Saúde (saneamento domiciliário), o Ministério da Qualidade de Vida e do Desenvolvimento Sustentável (eliminação de matéria fecal) e o Ministério da Água (águas residuais). Na ausência de mandatos e responsabilidades claramente definidos, esta fragmentação pode privar o sector de saneamento da liderança necessária para desenvolver e implementar uma política coerente à altura de responder às necessidades do saneamento urbano.

Caixa 3: Descentralização com fraca responsabilização no sector de WASH: o caso do Quénia

Em 2010, o Quénia votou a favor de uma nova Constituição, que criou 47 novos condados e respectivos governos, aos quais foi delegada a responsabilidade pelos serviços básicos, incluindo os de água e saneamento. A devolução tinha por objectivo levar as funções de prestação de serviços para junto da população e progressivamente assegurar um acesso mais equitativo aos serviços.

Embora existam objectivos nacionais para o sector de WASH, e o direito à água esteja consagrado na Constituição, muitos dos primeiros planos de desenvolvimento integrados de médio prazo (2013-2017) não continham objectivos específicos de acesso a serviços de WASH a nível dos condados. Por conseguinte, os condados não podem avaliar até que medida as suas políticas estão alinhadas aos objectivos nacionais. A abordagem adoptada em relação à dotação de recursos às políticas de WASH fica, em grande medida, a critério das administrações dos condados. O facto de existir um elevado nível de descentralização orçamental e uma fraca articulação directa (financeira ou de prestação de contas) com o ministério da tutela nacional significa que as dotações orçamentais para os serviços de WASH variam significativamente de um condado para outro, sobretudo em termos das despesas de desenvolvimento, o que levanta questões relacionadas com a equidade geográfica quanto ao financiamento e a prestação de serviços.

Porém, existem alguns exemplos positivos, entre eles o orçamento participativo no Condado de Makueni. O condado consulta cerca de 3,000 aldeias anualmente para identificar os principais projectos de desenvolvimento. Estes são depois priorizados por área administrativa e centenas são seleccionados e incluídos no orçamento de desenvolvimento do condado. Os projectos de água representam quase dois terços de todos os projectos, mais de metade do financiamento total e 37% do total do orçamento total de desenvolvimento de Makueni.

Fonte: (CABRI 2017a)

Num contexto como o do Benim, e na grande maioria dos países em África Subsaariana, onde os serviços de saneamento são efectivamente prestados por operadores privados, insta desenvolver regulamentos apropriados

para melhorar a estrutura dos mercados de saneamento urbano. São poucos os países africanos que possuem mecanismos reguladores que reconhecem provedores de serviços de saneamento urbano e que definem normas operacionais. Por conseguinte, os habitantes dos centros urbanos recebem serviços de inferior qualidade (que colocam em risco tanto as populações como os provedores de serviços), enquanto os mercados de saneamento são dominados por provedores de pequena dimensão e fragmentados, sem capacidade para prestar o serviço à escala necessária. Em alguns países, como no Senegal e no Uganda, têm sido tomadas iniciativas para elaborar tais regulamentos. Em muitos países, contudo, não existe legislação nem regulamentos a respeito do saneamento ao domicílio, nem tampouco normas para a gestão e tratamento de matéria fecal, o que dificulta a adopção de potenciais soluções inovadoras passíveis de serem expandidas e a um custo comportável (Verster & Palfreman 2018).

Também se regista a ausência de investimentos em instituições e instrumentos reguladores para o subsector de água potável, sobretudo nas áreas rurais. A ausência de instrumentos reguladores acompanhados de mandatos institucionais relativos à execução, como padrões e relatórios de desempenho para empresas de serviços de água, desincentiva os operadores de fornecer serviços que atendam às expectativas dos governos e da população em geral.

O investimento no reforço da capacidade dos prestadores de serviços de água também é fundamental para garantir serviços de água mais eficientes. Enquanto as empresas de serviços urbanos lutam com as elevadas perdas de água devido a padrões operacionais fracos e a ausência de investimento na manutenção das infra-estruturas, os prestadores de serviços de água nas zonas rurais são geralmente fragmentados, explorando sistemas de pequena dimensão e incapazes de gerar receitas suficientes. Em muitos países predomina o chamado “modelo de gestão baseado na comunidade”, de acordo com o qual os sistemas de água de pequeno a médio porte (consistindo em bombas manuais ou pequenas redes de abastecimento) são geridos na aldeia pelos próprios membros da comunidade. O reforço adequado das capacidades destes provedores de serviços tem sido descurado e a assistência técnica para melhorar a manutenção dos sistemas é pontual ao invés de planeada e rotineira. Estes mecanismos institucionais resultam frequentemente em serviços precários, pois as infra-estruturas não são apropriadamente mantidas (devido à fraca capacidade operacional e escassez de recursos suficientes para fazer face às despesas operacionais). Com o passar do tempo, os governos têm vindo a aperceber-se da necessidade de desenvolver modelos mais profissionais de prestação de serviços nas zonas rurais, quer seja ao estimular a criação de operadores privados maiores

Caixa 4: O caso da comunidade Langrug, um exemplo de maior profissionalismo no tratamento de águas residuais com recurso às comunidades e à inovação

Langrug é um aglomerado informal, consistindo em 2,500 agregados familiares que ocupam uma encosta íngreme nas proximidades da aldeia de Franschoek no Cabo Ocidental, África do Sul. Uma população em crescimento, conjugado a uma posição geográfica difícil, dificulta a prestação de serviços de saneamento aos habitantes de Langrug. Devido à ausência de infra-estruturas, é com frequência que as águas cinzentas e pluviais se acumulam à entrada das casas e acabam por escoar para o Rio Franschoek e rios adjacentes. Esta situação afecta a saúde da comunidade, especificamente infecções por E. coli e da pele devido aos córregos poluídos perto das casas.

As limitações orçamentais da câmara municipal não permitem optar pelo investimento em infra-estruturas onerosas como água canalizada e tubos de esgoto. Era necessário encontrar estratégias alternativas para fornecer e monitorizar estes serviços de primeira necessidade. O “Genius of Space” é um centro de inovação criado para desenvolver tecnologias inovadoras de gestão de resíduos e tratamento de água. O centro desenvolveu um programa piloto com 125 agregados familiares na comunidade e contratou mão-de-obra local para implementar soluções inovadoras, como pontos de descarga com um processo de filtragem de baixa tecnologia passível de ser operado e mantido pela comunidade. Tubos flexíveis foram empregues nas conexões de ramal para passar entre os caminhos existentes, assim aproveitando a água residual, nos jardins, por exemplo, depois de passar por vários processos de tratamento e filtragem. Após uma fase piloto que demorou 18 meses, as comunidades puderam aceder aos serviços de águas residuais a um custo comportável, reduzir a incidência de doenças causadas por E. coli e reduzir os níveis de poluição dos rios. O projecto também criou emprego tão necessário no seio da comunidade local, visto a maior parte do trabalho de manutenção ser realizado pela comunidade. A relação entre os trabalhadores e os membros da comunidade também permite que práticas alternativas de gestão de águas residuais no bairro sejam promovidas com mais facilidade. O exemplo de Langrug suscita grande interesse entre os decisores políticos em busca de modelos menos tradicionais a um custo mais sustentável.

capazes de gerar melhores receitas,⁷ ou através de serviços geridos pela comunidade com abordagens reguladoras simplificadas para melhorar a supervisão.

Na realidade, a reflexão, pelos governos, a respeito dos melhores modelos de gestão dos serviços de água e saneamento está associada à reflexão sobre as opções de financiamento. Por exemplo, para atrair operadores profissionais no domínio da água, sobretudo nas zonas rurais, é importante que o subsector represente uma fonte atractiva de receita. Exige ainda saber quais as fontes de recursos susceptíveis de contribuir para melhorar os fluxos de receita dos provedores de serviços, quer sejam tarifas ou subsídios do Estado ou uma combinação de ambas. Tais reflexões devem integrar uma estratégia de financiamento mais abrangente para os serviços de WASH, conforme abaixo descrita.

Concepção de uma estratégia de financiamento do sector de WASH: conhecendo os fluxos financeiros e assegurando uma dotação mais eficaz de recursos públicos

O facto de as prioridades nacionais concorrentes terem de ser financiadas a partir dos recursos públicos limitados, exige uma profunda reflexão sobre as estratégias de financiamento mais apropriadas para os serviços de WASH, com vista a captar financiamento adicional de uma variedade de fontes, incluindo os utilizadores dos serviços e o sector financeiro privado.

Conhecendo os fluxos financeiros no sector de WASH

Para se poder definir uma estratégia de financiamento, é fundamental conhecer os fluxos financeiros do sector. Em particular, o sector de WASH deve procurar avaliar quanto provém de todas as fontes de financiamento (tarifas, impostos e transferências) e quem financia o sector. Nesta avaliação, uma questão crucial para os governos é se os fundos públicos estão a ser afectados da forma mais efectiva e equitativa, o que frequentemente não é o caso. Por exemplo, um estudo do Banco Mundial revelou que na cidade capital da Tunísia, onde os serviços de água e esgotos são fortemente subsidiados pelo governo, as famílias de elevado rendimento recebem 1,4 vezes o subsídio dos pobres em relação ao abastecimento de água e duas vezes mais que os pobres para o saneamento pelo facto de o consumo de água e saneamento ser significativamente maior (Banco Mundial 2016).

Em muitos países, onde as responsabilidades pelo sector de WASH cabem a várias agências nacionais e onde várias entidades contribuem para o financiamento do sector,

pode ser difícil aferir os fluxos financeiros. Para facilitar esta tarefa, a OMS desenvolveu uma metodologia para calcular os fluxos financeiros dirigidos ao sector de WASH. Esta metodologia (também conhecida como TrackFin), semelhante ao sistema desenvolvido para o sector da saúde, permite aos países identificarem a informação financeira importante para a planificação dos serviços. No Mali, por exemplo, com o TrackFin, foi possível saber que os consumidores dos serviços efectivamente contribuíam até 64% de todo o financiamento afectado ao sector de WASH em 2014 e 2015. Dados como estes revestem-se de grande utilidade ao elaborar uma estratégia de financiamento em relação à qual os consumidores desempenham um papel fundamental.

Para dar mais ímpeto à definição e reforma das estratégias de financiamento dos serviços de WASH, é importante poder apresentar os resultados dos fluxos financeiros e os resultados de desempenho aos ministérios das finanças, e encetar um debate a nível nacional sobre a melhor forma de afectar os recursos públicos ao sector da água. Por exemplo, sempre que as evidências indicam que o financiamento público privilegia o sector da água nas zonas urbanas (através, por exemplo, de subsídios significativos a empresas de abastecimento de água nas zonas urbanas), enquanto o financiamento do saneamento rural é deficiente, contando, quase na totalidade, com o financiamento irregular e imprevisível dos doadores, importa aprofundar a relação custo-benefício e a equidade desta abordagem de financiamento e como melhor assegurar a afectação dos recursos públicos. Uma avaliação dos fluxos financeiros, conjugada a uma nova narrativa sobre a eficiência e o desempenho do subsector, poderá também contribuir para identificar as áreas que mais necessitam de apoio institucional.

A visão e os objectivos políticos do país em questão devem ser os princípios orientadores na definição de estratégias de financiamento para o sector de WASH. As discussões com os ministérios das finanças e outras partes interessadas, incluindo os parceiros de desenvolvimento, devem dar aso a “pontos de acção” que permitam que os recursos sejam dotados de forma a atingir os objectivos políticos do sector:

- a dotação de recursos públicos para os sub-sectores prioritários (por exemplo, zonas rurais ou grupos mais vulneráveis, etc.), em situações em que é difícil captar fundos de outras fontes (como, por exemplo, dos consumidores);
- identificar estratégias para captar e aumentar contribuição financeira de outras fontes, sobretudo dos consumidores; e
- identificar mecanismos para aumentar a contribuição do Estado e dos doadores externos

Identificação de prioridades de financiamento público nos sub-sectores de WASH

Embora a maioria dos países africanos necessite de investimentos em todos os sectores, alguns precisam especificamente de apoio financeiro do erário público.

⁷ Esta é uma tendência emergente em alguns países de África Ocidental, como Burkina Faso, Mali e Senegal.

Existem provas de que os serviços rurais recebem consideravelmente menos financiamento que as áreas urbanas. Uma análise da despesa pública em 11 países africanos revelou que, embora as populações rurais representem 70% das pessoas sem acesso, estas são objecto de 19% das despesas com saneamento e água potável (UN-Water/WHO 2014).

A definição das prioridades para o uso do financiamento público, além de ser uma questão de equidade, é também uma questão de criar os incentivos mais indicados para os prestadores de serviços e assegurar a otimização dos recursos.

Embora alguns serviços, como o saneamento ao domicílio, beneficiariam imenso de subsídios dirigidos, os serviços de abastecimento de água nas zonas urbanas beneficiariam também de uma melhor governação, ao invés de injectar recursos públicos em investimentos de capital, manutenção e custos operacionais. A contínua afectação de recursos públicos a uma empresa de água degradada, que registre elevadas fugas de água, não incentiva a concessionária a fazer a recuperação necessária para melhorar a sua situação financeira. Conforme destacado num estudo do Banco Mundial, “os subsídios dirigidos, consoante a escala e o tipo de serviço pode representar uma melhor optimização de recursos. Por exemplo, muitos governos tendem a subsidiar as redes de esgoto e o tratamento de águas residuais nas áreas urbanas, ao adoptar políticas explícitas de não subsidiar o saneamento domiciliário em áreas periurbanas ou rurais”(Goksu et al. 2017).

Contudo, a mudança do foco dos recursos públicos não implica que outros subsectores sejam descurados.

Pelo contrário, os governos devem explorar e adoptar abordagens complementares e alternativas destinadas a captar outras fontes de recursos. Seguem alguns exemplos destas abordagens.

Captar e aumentar as contribuições financeiras dos consumidores e do sector privado

Uma eventual estratégia para aumentar o financiamento ao sector de WASH passa por aumentar as tarifas aplicadas. São poucas as empresas de serviços públicos em África que aplicam tarifas que permitem a recuperação dos custos de exploração, sem falar dos custos de depreciação. A nível mundial, mais de 50% das empresas de serviços urbanos indicam que as tarifas não são revistas periodicamente ou não são ajustadas após a revisão (UN Water/WHO 2017). Em Côte d’Ivoire, por exemplo, a ONEP não ajustou as suas tarifas desde 2004.⁸ Somente uns 15% dos prestadores de serviços conseguem recuperar as suas despesas de exploração e criar um excedente (entendido como uma

receita superior aos custos em pelo menos 20%) (Goksu et al. 2017). As tarifas baixas não somente impedem que os prestadores de serviços melhorem os seus serviços, mas também criam uma dependência dos subsídios do Estado, o que, por sua vez, reduz qualquer incentivo de desempenho, resultando na deterioração dos serviços e levando o público a desconfiar dos serviços públicos e a recorrer, quando possível, a fornecedores de água alternativos e mais caros ou ao auto-abastecimento, o que diminui ainda mais a base de receita das empresas de água. Antes de aumentar as tarifas, é importante considerar estratégias que assegurem que os pobres continuem a poder aceder aos serviços ao, por exemplo, aplicar tarifas superiores aos ricos, que consomem mais água que acabariam por pagar um preço mais elevado que os pobres, que tendem a consumir menos.

Todavia, as tarifas por si só não são uma panaceia e devem ser acompanhadas por um maior empenho no reforço da governação e na melhoria da qualidade do serviço. Há que primar por uma maior eficiência das

funções administrativas e no sector de WASH, ao introduzir incentivos conducentes a um melhor desempenho. As concessionárias de serviços de água poderiam aumentar a eficiência ao reduzir as fugas de água, adoptar políticas apropriadas de contratação de recursos humanos, reduzir as actividades corruptas e controlar as despesas com energia, entre outras alternativas. Por sua vez, os ganhos de eficiência contribuem para reduzir os custos de exploração e por conseguinte, o valor dos subsídios necessários. Assim, a correcção das ineficiências poderá contribuir para aliviar o fardo de um espaço fiscal apertado e libertar recursos para apoiar outros sub-sectores ou comunidades desfavorecidas (CABRI 2017b). Serviços de água mais eficientes e fiáveis também contribuem para legitimar o aumento das tarifas por parte do governo.

O fortalecimento da governação e do desempenho operacional, conjugado a reformas tarifárias, também contribuem para reforçar a capacidade creditícia das empresas de água e criar oportunidades de acesso ao financiamento comercial. Perante um forte quadro regulador, tais iniciativas permitiriam que os prestadores de serviços obtivessem financiamento e investissem na expansão e melhoria da qualidade dos serviços de água e saneamento, sem ter de esperar pela disponibilidade de recursos públicos escassos (Goksu et al. 2017). A longo prazo, estas reformas podem também dar aso a uma maior participação do sector privado na gestão e no financiamento dos serviços de água e saneamento.

Em muitos países, onde a agenda do sector não abarca a reforma tarifária, outros mecanismos podem ser introduzidos para melhorar os orçamentos dos prestadores de serviços de água. Nas áreas peri-urbanas e rurais, poderiam ser adoptadas estratégias tendentes a aumentar o consumo ao estimular o aumento de ligações de água aos domicílios (o que aumentaria o consumo diário). O agrupamento de áreas de serviço, uma opção já aceite em

⁸ Ver <https://www.cabri-sbo.org/en/events/politiques-et-strat%C3%A9gies-de-financement-pour-lam%C3%A9lioration-des-services-deau-dassainissement-et-dhygi%C3%A8ne>

vários países (por exemplo, no Benim, no Mali e em Burkina Faso) também é uma eventual solução para aumentar o acesso a serviços e, se apropriadamente concebida e implementada, para aumentar as receitas das operadoras e, assim, a sustentabilidade financeira dos serviços. Tais medidas poderiam ainda atrair operadores privados, que poderiam contribuir para ganhos de eficiência, se existirem instrumentos reguladores, sobretudo contratos, sistemas de controlo dos serviços e normas de serviço.

O microfinanciamento apresenta-se cada vez mais como uma potencial solução para apoiar o investimento por parte dos agregados familiares em serviços de saneamento. Alguns governos apercebem-se de que a concessão de subsídios directos para a instalação de sistemas de saneamento é pouco realista, dadas as suas limitações orçamentais, pelo que as famílias devem ser apoiadas para poderem realizar os investimentos necessários para melhorar os serviços de saneamento. Também existem provas de que as conquistas em matéria do saneamento são mais sustentáveis se as famílias contribuírem para o financiamento das suas próprias instalações. O acesso a serviços de microfinanciamento pode aumentar a procura de serviços melhorados, uma vez que permite suavizar o custo dos investimentos ao longo do tempo. O desenvolvimento de serviços de microfinanciamento para o sector de WASH pode ser integrado numa estratégia mais abrangente visando promover a procura de serviços melhorados, o que também incluiria campanhas de mudança de comportamento e o desenvolvimento da cadeia de procura para o sector de serviços de WASH. Porém, o potencial do microfinanciamento para o sector de WASH também depende da situação financeira do país. Em contextos onde as instituições de microfinanciamento (IMF) enfrentam dificuldades em aceder a capital para poderem conceder empréstimos, o desenvolvimento de serviços financeiros dirigidos ao sector de WASH pode não ser uma proposta atraente para as IMF sem que possam aceder a garantias e a outros instrumentos de redução de risco. Em todos os contextos, a ampliação dos serviços financeiros para propósitos de WASH requer um investimento significativo na sensibilização das instituições financeiras sobre as necessidades e as oportunidades oferecidas pelo sector de WASH (Trémolet, Mansour & Muruka 2015).

Mecanismos para aumentar os recursos nacionais para o sector da água

No continente africano, o potencial da cobrança de impostos e sobretaxas para reforçar a afectação de recursos públicos ao sector da água continua geralmente pouco explorado. Em contrapartida, muitos países desenvolvidos criaram instrumentos orçamentais dedicados ao financiamento dos serviços de água. Na França, por exemplo, um Fundo Nacional para o Desenvolvimento do Abastecimento de Água e Saneamento foi criado em 1954 para ajudar os municípios rurais com o desenvolvimento de

seus serviços de água e saneamento. Os recursos financeiros para o fundo são obtidos de uma sobretaxa na conta de água e de um imposto sobre as receitas do sistema de apostas em corridas de cavalos cobrado a nível nacional. Como tal, o fundo apresenta um elemento de subsídio cruzado, em que os recursos para o financiamento do abastecimento de água são obtidos de impostos de outro sector.⁹ Mecanismos como estes merecem ser explorados mais a fundo em África.

Embora muitos países tenham consagrado o princípio de “quem poluir, paga” e outros princípios de gestão de recursos hídricos nos seus instrumentos legais e políticos, muitos deles não são impostos. Muitos países possuem sistemas de cobrança de taxas ou impostos pela captação ou poluição da água. A receita arrecadada por esses impostos poderia ser consagrada à água e ao saneamento, reforçando um fundo específico destinado à água e usado pela autoridade competente. À semelhança do que se passa com qualquer sistema de tributação, a cobrança de impostos ambientais exige não apenas legislação, mas também os processos, os recursos humanos e a vontade política no sentido de serem bem aplicados.

Nos países com sistemas descentralizados, é possível introduzir instrumentos financeiros para incentivar o investimento por parte do governo local em áreas chave, incluindo nos serviços de WASH. Na África do Sul, por exemplo, o governo introduziu o regime de transferência de subsídios condicionais aos municípios, na condição que os governos locais investissem em infraestruturas básicas, como serviços de água. No Gana, até 2015, o Fundo de Desenvolvimento Distrital (DDC) concedia subsídios aos municípios com base no desempenho de cada um, avaliado em função da capacidade e organização institucional do governo local em cada distrito. Os fundos do DDC só podiam ser empregues em projectos de infraestrutura (não em despesas correntes). Para assegurar que tais subsídios sejam efectivamente gastos em prol do sector da água, é fundamental que o governo nacional faça o acompanhamento das despesas do governo local, com incentivos para a priorização das actividades de WASH.

À guisa de conclusão: o reforço do financiamento para o sector de WASH reveste-se de suma importância, mas o financiamento representa apenas uma parte da solução

O défice de infra-estruturas de água e saneamento em África exige, sem dúvida, a captação de recursos financeiros de todas as fontes possíveis. Com esta finalidade, e antes de mais, os governos devem aumentar a contribuição dos recursos nacionais, além de obter financiamento de agências

⁹ Ver www.fndae.fr

externas. Os governos devem também introduzir medidas conducentes ao aumento da contribuição dos consumidores e do sector financeiro privado, bem como explorar instrumentos baseados em impostos.

Todavia, embora as vantagens do investimento na água e no saneamento sejam bem conhecidas, os serviços de WASH competem com outras prioridades de desenvolvimento, nos contextos de orçamentos nacionais limitados. Face a esta situação complexa, o sector de WASH deve redobrar os esforços no sentido de apresentar planos de WASH convincentes, consistindo em objectivos claros, estratégias detalhadas com custos bem determinados para alcançar esses objectivos e que demonstrem a devida consideração pelas medidas que representem a maior optimização dos recursos. Um plano convincente de WASH deverá ainda descrever minuciosamente como irá contribuir para alcançar os objectivos nacionais do país. No desenvolvimento de planos de WASH, os ministérios das finanças e do orçamento podem ser consultados para ajudar os planificadores a aprimorar as suas estratégias de financiamento e apresentar orçamentos convincentes.

Conforme referido neste documento, o caminho para o financiamento mais eficiente do sector de WASH implica a reforma dos sistemas de governação para reforçar os serviços. O reforço dos sistemas de governação e o combate às ineficiências operacionais e financeiras do sector da água podem contribuir não apenas para reduzir os encargos financeiros do estado, mas também, a longo prazo, para aumentar a capacidade creditícia dos prestadores de serviços e gradualmente abrir o acesso ao financiamento comercial. Isso também implica o reforço das capacidades para monitorizar os níveis de despesa e de prestação dos serviços de WASH de modo a fortalecer os mecanismos de prestação de contas a todos os níveis da administração, inclusive no nível descentralizado, e fornecer evidências ao sector para avaliar se o financiamento público para o sector de WASH é eficaz, eficiente e equitativo.

Referências

- Adokpo Migan S, Trémolet S & Mansour G (2015) *Benim: Innovative public private partnerships for rural water services sustainability*. Washington DC: World Bank.
- Bannister M (2018) DWS – Sustainable Development Goal 6 policy & funding strategies. Presentation at a CABRI event. Disponível em: <https://www.cabri-sbo.org/uploads/files/Documents/12-Session-5-Presentation-2a-South-Africa.pdf> [consultado a 12 de Setembro de 2018].
- CABRI (2017a) *A descentralização dos serviços de água e saneamento no Quênia*. CABRI, Diálogo sobre políticas: “optimização dos Recursos no sector de água, saneamento e higiene”.
- CABRI (2017b) *Optimização dos Recursos nos domínios de água, saneamento e higiene*. Documento de posições. Pretória: CABRI.
- Fonseca C, Franceys R, Batchelor C, McIntyre P, Klutse, A Komives, P Moriarty, et al. 2011. *Life-cycle costs approach: Costing sustainable services*. IRC.
- Goksu A, Trémolet S, Kolker J & Kingdom B (2017) *Easing the transition to commercial finance*. Washington DC: World Bank.
- Haarhoof K (2018) Lesson sharing on building resilience in dealing with drought and water scarcity. Unpublished presentation at CABRI event in Cape Town.
- Hutton G & Varughese M (2016) *The costs of meeting the 2030 Sustainable Development Goal targets on drinking water, sanitation, and hygiene*. Washington DC: World Bank.
- Ministry of Infrastructure (2016) *National sanitation policy*. Disponível em: http://www.mininfra.gov.rw/fileadmin/user_upload/new_upload/NATIONAL_SANITATION_POLICY_DECEMBER_2016.pdf [consultado a 12 de Setembro de 2018].
- Trémolet S, Mansour G & Muruka G (2015) Microfinance for sanitation: What is needed to move to scale? *Waterlines* 34(3): 227.
- UN-Water/WHO (2014) *Investing in water and sanitation: Increasing access, reducing inequalities. GLAAS 2014 findings – special report for Africa*. Disponível em: http://www.who.int/water_sanitation_health/glaas/glaas2014-africa-region.pdf [consultado a 13 de Setembro de 2018].
- UN-Water/WHO (2017) *Financing universal water, sanitation and hygiene under the Sustainable Development Goals. Global Analysis and Assessment of Sanitation and Drinking-Water*. Disponível em: <http://www.unwater.org/publications/un-water-glaas-2017-financing-universal-water-sanitation-hygiene-sustainable-development-goals/> [consultado a 13 de Setembro de 2018].
- Verster B & Palfreman J (2018) *The sanitation economy*. Disponível em: https://www.cabri-sbo.org/uploads/files/Documents/8-Session-3-Master-Class-Bernelle-Verster_Josh_Palfreman.pdf [consultado a 12 de Setembro de 2018].
- WaterAid (2016) *Water: At what cost? The state of the world's water 2016*. Briefing. Disponível em: https://www.jica.go.jp/activities/issues/water/ku57pq0000naj8j-att/water_at_what_cost_wateraid_2016.pdf [consultado a 11 de Setembro de 2018].
- WHO (2012) Global costs and benefits of drinking-water supply and sanitation interventions to reach the MDG target and universal coverage. Disponível em: http://www.who.int/water_sanitation_health/publications/2012/globalcosts.pdf [consultado a 11 de Setembro de 2018].
- WHO/UNICEF Joint Monitoring Programme for Water Supply, Sanitation and Hygiene (2017) *Progress on drinking water, sanitation and hygiene: 2017 update and SDG baselines*. Disponível em: <https://washdata.org/sites/default/files/documents/reports/2018-01/JMP-2017-report-final.pdf> [consultado a 11 de Setembro de 2018].
- WHO/UN-Water (2017) *UN-Water global analysis and assessment of sanitation and drinking-water (GLAAS) 2017 Report: Financing universal water, sanitation and hygiene under the Sustainable Development Goals*. Disponível em: http://www.who.int/water_sanitation_health/publications/glaas-report-2017/en/ [consultado a 3 de Outubro de 2018].
- World Bank (2016) *Water, sanitation, hygiene and poverty: What are the linkages? Tunisia Briefing Note*. Washington DC: World Bank.

Agradecimentos

A versão inicial deste documento de política foi elaborada por Goufrane Mansour e Didier Allely-Fermé, da empresa Aguaconsult, sob a orientação e com a contribuição de Joana Bento, do Secretariado da CABRI. A CABRI agradece a valiosa contribuição para o documento por parte de Lotte Feuerstein (Water Integrity Network), Sitali Muyatwa (Sanitation and Water for All), Clare Battle (WaterAid).

Esta publicação foi financiada em parte pelo Secretariado de Estado Suíço para os Assuntos Económicos. As constatações e conclusões não reflectem necessariamente as suas posições ou políticas Fiona Gore (Organização Mundial da Saúde).



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embassy of Switzerland
Swiss Cooperation Office in South Africa



CONECTAR • PARTILHAR • REFORMAR

Para informação sobre a CABRI, ou para obter cópias desta publicação, queira contactar:

CABRI Secretariat, Cnr John Vorster & Nellmapius Drive, Centurion, 0062, South Africa

Telefone: +27 (0)12 492 0022

Email: info@cabri-sbo.org

www.cabri-sbo.org
